



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda (Documento PAD nº 81.913/2022), o objeto desta contratação é o 4º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitação e Contratos Administrativos

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Congresso tem grande importância e justifica-se por ser voltado especificamente para a atuação da Assessoria Jurídica em Licitação e Contratos Administrativos, além disso, há a necessidade de atualização, considerando as inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 que trouxe novas disposições sobre a Lei de Licitações e Contratos.

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A presente contratação está prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC 2020/2021), Portaria Nº 531/2020, publicada no DJE nº 175 de 17/09/2020.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos específicos para a presente contratação constarão do Projeto Básico

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS

Trata-se da contratação de treinamento com duração de 32 horas/aula.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O evento foi escolhido por ser um Congresso na modalidade On line e com a possibilidade de se acessar todo o seu conteúdo por um período de 30 dias após o término.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

7 ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA

O custo da demanda está estimado em R\$ 2.890,00 (dois mil, oitocentos e noventa reais).

8 PARCELAMENTO DOS MATERIAIS

Não se justifica o parcelamento da contratação, por se tratar de curso de 32h

9 JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A nova Lei de Licitações estabeleceu uma regra de transição. Isso porque, de acordo com o art. 191 da Lei 14.133/2021, a partir de sua publicação e pelo prazo de 2 anos a Administração pode optar por licitar de acordo com a nova Lei ou de acordo com as leis que serão revogadas decorrido o prazo de 2 anos – Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e vários dispositivos da Lei nº 12.462/2011. Este TRE está aplicando as referidas leis, que serão revogadas em 2022, pretende-se que em 2022 a Assessoria Jurídica esteja capacitada para a efetiva aplicação da nova Lei em 2023.

10 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não será necessária qualquer adequação ambiental para atendimento da demanda, os encontros acontecerão em plataforma virtual.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Não há no âmbito deste Tribunal contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

12 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição pretendida é viável, mostra-se possível tecnicamente, fundamentalmente necessária e atende ao rol de ações previsto no PDDC 2021 (Anexo único da Portaria nº 531/2020).

13 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Rafael Veras Paz
Integrante Técnico	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida Flávia Helena Bezerra Costa Galvão
Integrante Administrativo	Giovanna Luna Araujo Vinhas



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Mapa do Gerenciamento dos Riscos

Objeto	Contratação do evento 4º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitação e Contratos Administrativos
Fase da Análise	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor

	Risco 1 – Não fazer a Contratação		
Probabilidade	() Baixa (X) Média Alta ()		
Impacto	() Baixo (X) Médio Alto (X)		
Dano			
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Providenciar o Termo de Referência para propiciar a contratação	Responsável:	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável:	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida